Aços relaminados de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Telex 11 44451 60 anos Mangels Empresa 100% Brasileira

• Constituinte

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

O impacto da anistia: CZ$ 377 bilhões

por Ascânio Selene
de Brasília

O governo divulgou na sexta-feira o número oficial do impacto da anistia sobre o sistema financeiro nacional em valores de 30 de junho, o rombo estimado é de CZ$ 377 bilhões, volume igual à metade do anunciado no início da semana pelo deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Constituinte, ou quase quatro vezes maior do que o imaginado pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, tão logo foi aprovada pela Assembléia Constituinte a emenda aditiva que reduziu a abrangência da anistia original.

Não foram consideradas nesse cálculo as perdas que ainda acontecerão com o prazo de noventa dias após a promulgação da Constituição para a quitação do principal e dos juros das dívidas. Os números (veja tabela nesta página) foram apresentados considerando três perdedores: O Tesouro Nacional, com CZ$ 194 bilhões, os bancos oficiais, com CZ$ 128 bilhões, e os bancos privados, com CZ$ 55 bilhões de prejuízo.

O Ministério da Fazenda preferiu não fazer nenhum comentário oficial sobre o balanço final da anistia. A tabela foi enviada ao Palácio do Planalto para divulgação. É praticamente certo, entretanto, que o custeio da safra deste ano venha a sofrer novos cortes, já que a anistia aos produtores rurais contribui com CZ$ 249 bilhões sobre o total. Estsa volume significa quase um terço no volume total de recursos que o governo pretendia aplicar no custeio da safra deste ano: CZ$ 850 bilhões.

As empresas urbanas beneficiadas contribuíram com CZ$ 128 bilhões para o resultado final do rombo nas instituições financeiras. O cálculo do governo considerou apenas os empréstimos até cinco mil OTN, conforme dispositivo introduzido no texto pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE). O volume total dos prejuízos, se considerado em OTN (281 milhões), significa mais de cinco vezes o que o governo considerava "suportável" para o sistema (50 milhões).

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, em entrevista na sexta-feira ao telejornal Bom Dia Brasil, da TV Globo, antes mesmo de conhecer os números oficiais do impacto, já dava o provável caminho que o governo adotará para recuperar os prejuízos. "A conta não é do governo, é do povo brasileiro", disse o ministro. "Vamos ter que rever prioridades, vamos ter que remanejar gastos e identificar fontes alternativas de receita... Quem vai pagar é o contribuinte", sublinhou Ronaldo Costa Couto.

O ministro reconhece que é necessário ajudar microempresas. "O que não é legítimo é salgar carne podre", disse. O chefe da Casa Civil entende que os bancos não terão muitas dificuldades em comprovar a capacidade de pagamento dos devedores em função das "garantias exageradas" com as quais se cercam. Costa Couto imagina, porém, que o Poder Judiciário vai sofrer uma "avalancha de processos" das partes envolvidas.

Costa Couto informou ainda que o governo vai trabalhar para suprimir a emenda da anistia no segundo turno da Constituinte. "O governo vai contribuir para esta fase da elaboração da Constituição... Seria hipocrisia não admitir que o governo atua sobre a Constituinte", disse o ministro ao Bom Dia Brasil. A forma de atuação do governo vai dar-se através dos canais normais de que dispõe, suas lideranças no Senado, na Câmara e na Assembléia Nacional Constituinte.

CUSTO/CZ$ BILHÕES (Valores em 30.06.88)

Beneficiários	Empresas urbanas	Produtores rurais	TOTAL		
Instituições			CZ$ bilhões	OTN milhões	US$ milhões
Tesouro Nacional	47	147	194	45,09	1.010
Bancos oficiais	49	79	128	95,73	667
Bancos Privados	32	23	55	41,13	286
TOTAL	128	249	377	281,95	1.964

Presidente do BB diz que acionistas podem ficar sem dividendos

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Mário Berard

Mesmo antes de ser promulgada a nova Constituição, o Banco do Brasil resolveu precaver-se contra o impacto que teria a emenda da anistia sobre sua contabilidade. O conselho de administração decidiu destacar no balanço do primeiro semestre deste ano uma provisão especial para cobertura dos prejuízos que poderá sofrer com a eliminação da correção monetária sobre boa parte dos empréstimos de sua carteira.

A decisão foi anunciada na sexta-feira pelo presidente do Banco do Brasil, Mário Berard, antecipando uma má notícia para os acionistas do banco: "Se tivermos o problema que estamos imaginando, não tem dividendo". Por decisão do conselho de administração, a provisão a ser constituída já nesse balanço terá o mesmo valor dos prejuízos calculados com a efetivação da emenda da anistia às dívidas.

O governo não revelou qual o impacto da emenda aditiva do deputado Roberto Freire (PCB-PE) sobre o Banco do Brasil, mas a conta não é difícil de ser feita: partindo da informação oficial de que os prejuízos junto aos bancos oficiais somariam CZ$ 128 bilhões, o peso do Banco do Brasil dentro do valor ficaria em torno de CZ$ 80 bilhões, já que sua participação no total de empréstimos concedidos pelos bancos oficiais é pouco mais de 60%. Esse seria o valor provisionado em reserva especial. Pela primeira vez em sua história, o Banco do Brasil poderá, portanto, dar prejuízo neste semestre. Isso significa que não estará distribuindo dividendos a seus quase 700 mil acionistas. O lucro líquido do Banco do Brasil, no balancete do final de abril, ficou em CZ$ 58 bilhões, conforme revelou Mário Berard.

O conselho de administração decidiu, também, suspender a partir de sexta-feira toda a concessão de novos empréstimos para o setor rural e empresários urbanos, envolvendo tomadores com as características daqueles que foram beneficiados com a emenda da anistia. A medida da suspensão vale, em princípio, para todo o mês de julho, mas poderá ser estendida a agosto e setembro. Neste mês, Berard informou que a suspensão envolve, em valores, CZ$ 30 bilhões de novos contratos que estavam previstos na programação orçamentária para o setor rural (custeio e investimento) e outros CZ$ 10 bilhões para mini, micro e pequenos empresários.

As discussões em torno da questão da anistia a dívidas contraídas na época do Plano Cruzado por si já apresentam impacto sobre a contabilidade dos bancos. Muitos mutuários, que vinham cumprindo seus compromissos em dia, resolveram postergar os pagamentos à espera da definição da Constituinte. Só no Banco do Brasil, conforme revelou Berard, o índice de inadimplência (medido pelo do patrimônio líquido) passou de 3,5% em março para 12% entre o final de abril e o início de maio e hoje já deve estar maior do que isso. Dentro da prática bancária, o sinal vermelho acende quando o índice da inadimplência atinge 8% do patrimônio líquido da instituição financeira.

Berard prometeu que o balanço do Banco do Brasil, referente ao primeiro semestre do ano, será divulgado no próximo dia 20 e lamentou a decisão dos constituintes: "Este não é o melhor caminho; o que deveria ter sido feito é permitir que continuássemos a fazer o que sempre fizemos há 180 anos, ou seja, negociar dívida por dívida".

O presidente do Banco do Brasil, justificou a decisão de suspender a concessão de novos créditos em julho, chamando a atenção para o fato de que só se pode emprestar com aumento de captação ou retorno de empréstimos antigos. "Se parte do que foi emprestado não retorna, temos de subtrair dos recursos destinados dentro da programação ao segmento, porque isto aqui é, antes de tudo, um banco."

Berard tem esperanças de que os constituintes reavaliem, no segundo turno, a decisão tomada na votação das Disposições Transitórias. Desde já, indica, no entanto, que a manutenção da emenda levará o Banco do Brasil a fazer uma avaliação criteriosa dos cadastros dos clientes beneficiados de modo a medir, exatamente, quem pode e quem não pode pagar a dívida.

SEGUNDO TURNO

"Tabelamento dos juros ficará", diz Gasparian

por Flávio Porcello
de Porto Alegre

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara Federal, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), autor da emenda que tabela a taxa de juro a 12% ao ano, diz estar convencido de que esse artigo será mantido no texto constitucional no segundo turno de votações. Gasparian admitiu uma forte ofensiva do setor financeiro sobre os constituintes para obter os 280 votos necessários às alterações do texto aprovado no primeiro turno. Mas enfatizou que a pressão não será suficiente para "retirar o que já está na lei".

Conforme Gasparian, "o tabelamento de juros foi incluído no texto constitucional por 314 votos (34 além do necessário) contra 112. Para ser retirado, além desses 112, deverá ter o apoio de outros 164 constituintes. E isso me parece muito difícil de acontecer", disse ele em entrevista coletiva na sexta-feira, em Porto Alegre. Gasparian chegou a citar o nome do deputado federal Alceni Guerra (PR), que no primeiro turno foi contra o tabelamento e agora já lhe assegurou que, "em virtude da reação contrária dos banqueiros", votará a favor.

O deputado paulista contestou as críticas ao tabelamento de juros, assinalando que "só com juros controlados a economia vai ser organizada". E, em resposta ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que ironizou a emenda, afirmando que ela vai vigorar no Brasil mas não em Washington, disse: "O ministro está dizendo uma grande bobagem. A lei foi feita para o Brasil e não para os Estados Unidos".

Gasparian citou os setenta bancos atualmente existentes no Brasil, "apenas dez com efetiva importância", para lembrar que o País já teve mais de quinhentas instituições bancárias e, "com toda a segurança, poderia ter mais de mil bancos".

Como presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, Gasparian lamentou o descaso do governo para com o Parlamento. Disse que "o Congresso tem sido constantemente desrespeitado pelo Executivo, que não dá nenhuma satisfação de seus atos aos parlamentares". Já o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), disse na sexta-feira, em Porto Alegre, que só na próxima quinta-feira, dia 7, a Comissão receberá documentos explicando a renegociação da dívida externa e o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Governo vê 14 "pontos negativos"

por Mariângela Hamu
de Brasília

O governo começou a redigir, na última sexta-feira, os projetos de emendas supressivas que submeterá à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte no segundo turno dos trabalhos, que deverá começar no próximo dia 21. São catorze os pontos "negativos" identificados pelo Gabinete Civil da Presidência no texto constitucional já aprovado, que o Palácio do Planalto quer ver modificados.

"Estamos trabalhando nas propostas de emendas supressivas, com a correspondente justificativa para alimentar a base parlamentar de apoio ao governo na Assembléia Nacional Constituinte, de modo que as negociações que se processem nos trabalhos possam assegurar o apoio de no mínimo 280 constituintes a essas teses", disse a este jornal o assessor especial do Gabinete Civil, Maurício Vasconcellos.

Este são os itens que o governo pretende suprimir da nova Constituição, resumidos num esboço do Gabinete Civil:

— Jornada máxima de trabalho de seis horas em turno ininterrupto;
— Gratificação de férias de 1/3 do salário normal;
— Igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo permanente e avulso;
— Amplo direito de greve;
— Licença — paternidade e licença remunerada à gestante por 120 dias;
— Fixação de juros reais máximos de 12% ao ano;
— Anistia das dívidas dos micro e pequenos empresários e produtores rurais;
— Transferência de recursos sem transferência de encargos (reforma tributária);
— 25 anos para a Suframa;
— Excesso de monopólios (transporte e produtos);
— Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
— Estabilidade de funcionários;
— Colégio Pedro II na órbita federal;
— Xenofobia na mineração.

O Gabinete Civil ainda não sabe quantas emendas, ao todo, o Planalto vai patrocinar. O governo pretendia encaminhar alguns itens como destaque para a votação em separado. As normas reguladoras do segundo turno, divulgadas pelo presidente Ulysses Guimarães no último dia 28, porém, proíbem esse artifício.

O presidente da Constituinte entende que a votação em segundo turno "não se compatibiliza com requerimento de destaque para a votação em separado". "Isso não vigora quando a matéria teve aprovação da Assembléia Nacional Constituinte. O que foi aprovado com no mínimo 280 votos só será retirado do texto também com 280 votos ou mais", argumenta Ulysses Guimarães.

ILHA

Além dos itens acima relacionados, os técnicos do governo deverão examinar com especial cuidado uma emenda aprovada no penúltimo dia das votações do primeiro turno, na semana passada: a que anexa ao Estado de Pernambuco a ilha de Fernando de Noronha, um território até hoje. É que a ilha é governada pelo jornalista, ex-porta-voz do governo e amigo pessoal do presidente José Sarney, Fernando Cesar Mesquita. Em conversa com Mesquita, na quarta-feira passada, o presidente Sarney prometeu "brigar" para que, no segundo turno, o território de Fernando de Noronha seja devolvido a Mesquita.

Um estudo contra as 6 horas

por Sérgio Garshagen
de Brasília

A Petrobrás já calculou o ônus que a jornada de seis horas ininterruptas de trabalho vai acarretar em suas finanças: CZ$ 500 milhões mensais.

Essa quantia, embora não discriminada, consta de relatório que o ex-presidente da empresa, coronel Ozires Silva, encaminhou ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, no dia 26 passado como argumento a ser encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte, que, no capítulo dos Direitos Sociais aprovou as seis horas em turnos ininterruptos. O assunto voltará a ser analisado no segundo turno e, segundo o líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG), um político com votos no Vale do Aço, a decisão será mantida.

Na sua análise, Ozires Silva lembra que os empregados da Petrobrás só teriam um benefício causado pela elevação do salário-horário decorrente da redução de 40 para 33,6 horas semanais, sem redução dos proventos.

DOIS REGIMES ESPECIAIS

A Petrobrás, com base na Lei nº 5.811 de 1972 adota dois regimes especiais de trabalho: de doze horas, nas atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo do mar e em áreas terrestres distantes ou de difícil acesso, e de oito horas, em suas plantas industriais. Nas plataformas "off-shore" trabalham quatro turmas, alternando doze horas de serviços para doze de descanso, com troca de turmas a cada catorze dias, correspondendo a uma jornada semanal de 42 horas. Todo esse pessoal, informa ainda o estudo da Petrobrás, é transportado para terra por helicópteros "ainda que a custos elevados". Isso porque o acesso e a saída de empregados dependem das condições de tempo e do mar, prejudicando o uso de embarcações "não só pelas enormes distâncias a cobrir como também pelas dificuldades de transbordo de pessoal". Essas plataformas "off-shore" têm acomodações limitadas para o turno de doze horas, não havendo espaço físico para aumento dos alojamentos.

No mesmo documento, Ozires Silva faz uma revelação: a Refinaria Presidente Bernardes, de Cubatão, "por razões de natureza histórica que escapam ao objetivo deste trabalho", adota o regime de seis horas, com cinco turmas se revezando por seis horas sem interrupções. A cada quatro dias trabalhados corresponde um dia de folga, perfazendo uma jornada média semanal de 33,6 horas. Mesmo assim, a Petrobrás observa que o uso generalizado desse sistema causaria os seguintes problemas:

• Dobraria o contingente de operários embarcados sem condições de dobrar as acomodações.

• A eficácia do sistema de segurança industrial seria comprometida.

• O tempo de folga do pessoal será consumido nos deslocamentos, tornando o regime insuportável para os empregados.

SIDERURGIA

O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) também tem um novo estudo sobre o assunto, lembrando que as seis horas ininterruptas causarão "a menor jornada de trabalho do mundo" e dez horas menor que a dos demais trabalhadores. Uma fonte do setor explica que para se cumprir uma jornada de seis horas, o trabalhador terá de trabalhar mais dezessete dias por ano para compensar o tempo menor de trabalho semanal.

O IBS, que congrega as 39 usinas privadas e estatais de todo o País, envia aos constituintes um estudo de autoria da professora Frida Marina Fischer, da Faculdade de Saúde Ambiental de São Paulo, no qual ela analisa que o novo sistema de seis horas "dificultará a adaptação dos ritmos biológicos (dos trabalhadores) devido a uma modificação mais freqüente dos horários de trabalho". Ela diz ainda que não há dados conclusivos de que a redução da jornada melhore à saúde do trabalhador. E que as variações até agora estudadas referem-se ao trabalho de turno em si e não à extensão da jornada. Pessoalmente, a professora vê alguns inconvenientes, com o maior deslocamento dos operários ao trabalho, "com maior custo para o emprego com transporte, dificuldade de adaptação dos horários aos sistemas de transporte urbano e redução do tempo de descanso do trabalhador, por diminuição das pausas entre as jornadas".

O senador Ronan Tito lembra, entretanto, que o sistema beneficiará o trabalhador, principalmente das siderúrgicas, que, segundo ele, têm os preços de produção baixos também em razão dos baixos salários dos empregados nas usinas.

"Esforços contra a decisão foram minados"

por Inácio Barbosa Soares
de Porto Alegre

"O povo foi enganado pela direita, pela esquerda e até pelo centro", disse na quinta-feira o presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha em Porto Alegre, Klaus Wilms, ao comentar a aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte da anistia de correção monetária sobre os financiamentos concedidos a micro e pequenos empresários urbanos e pequenos e médios produtores rurais. Wilms fez um pronunciamento sobre o assunto ao final da reunião-almoço da Câmara, que teve na quinta-feira como palestrante convidado o diretor da Lufthansa para o Brasil, Werner Winge.

"Foram minados nossos esforços para que uma decisão como esta, que resultará em mais impostos, mais inflação, menos escala de produção e mais custos, não fosse aprovada", continuou Wilms. "Os políticos que votaram nesta anistia demonstraram que não são sérios. Não obedeceram sequer às ideologias que diziam defender, mas a interesses imediatistas em busca de votos. Mais uma vez rirão de nós lá fora, e só nos resta lutar para que esta lei seja derrubada no segundo turno de votação", concluiu.

FIERGS

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Carlos Mandelli, "a decisão da Constituinte contraria frontalmente os princípios da livre iniciativa e é incoerente com a reconhecida necessidade que o País tem de reduzir o déficit público e a inflação. Além disso, os constituintes contrariam a própria Constituição, que não deve promover a distinção entre os indivíduos", observou.

Mesquita critica a anexação do território

por Milton Wells
do Recife

O governador de Fernando de Noronha, Fernando Mesquita, visitou na sexta-feira o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, no Recife, "alertando-o para as dificuldades que o estado terá de enfrentar caso o atual território seja definitivamente anexado a Pernambuco". Segundo Mesquita, Fernando de Noronha, que receberá neste ano cerca de CZ$ 1,6 bilhão como cota do Fundo de Participação dos Municípios, poderá vir a sofrer o corte desses recursos, o que "não recomendaria a aprovação em segundo turno da emenda que reincorporou a ilha a Pernambuco".

Arraes, segundo a assessoria de comunicação social do Palácio do Campo das Princesas, disse que, se isso acontecer, a medida virá em prejuízo não do estado mas da própria população de Fernando de Noronha.

O governador reafirmou sua "satisfação" pela anexação do território ao estado e disse que a Assembléia Nacional Constituinte deverá ratificar a decisão no segundo turno, "talvez até com um número maior de votos".

Arraes já encaminhou pedido a Secretaria de Planejamento do Estado para que sejam iniciados estudos sobre as potencialidades econômicas da ilha de Fernando de Noronha. Ele acredita que, em razão das características da ilha, será possível transformá-la em ponto turístico, o que contribuirá para o aumento da receita fiscal de Pernambuco.

Recentemente, através de convênio firmado entre a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e o governo de Fernando de Noronha foram investidos cerca de CZ$ 95 milhões para a triplicação da produção pesqueira do território, que passará dos atuais 200 quilos por dia para 600.

Dificuldades em suprimir o perdão a empresários

por Ronaldo D'Ercole
de São Paulo

Depois de aprovada em primeiro turno a emenda anistiando parte da correção monetária às dívidas contraídas pelos pequenos e microempresarios e pequenos agricultores, será bem mais difícil conseguir a sua supressão da Constituinte nas votações do segundo turno.

Essa opinião foi manifestada na sexta-feira em São Paulo por José Bata Sobrinho, vice-presidente do Banco Mercantil de Crédito (BMC). A exemplo de outros dirigentes de bancos, Baia Sobrinho lamentou a decisão tomada pelo Congresso na noite da última quarta-feira. "É lamentável esta medida, pois ela institui na Constituição o princípio do calote", protesta o banqueiro.

Ao anistiar apenas um segmento específico do empresariado, Baia Sobrinho entende que os parlamentares abriram um "precedente terrível" que, futuramente, poderá trazer problemas muito sérios. Com a aprovação da emenda, diz, criou-se uma situação em que o princípio da correção monetária não é válido para todos. "A correção monetária como instrumento de ajuste das operações financeiras fica questionada, com a aprovação da emenda", diz.

Embora o BMC não vá sofrer prejuízos significativos em decorrência dessa medida, pois opera com uma faixa de clientes de grande porte, ou seja, no mercado de atacado, Baia Sobrinho admite a possibilidade de que outras instituições mais afetadas pela anistia adotem critérios mais rigorosos para a concessão de créditos aos clientes agora contemplados pela emenda.

"Alguns itens devem ser revistos"

por Jaime Soares de Assis
de São Paulo

"Nessa Constituinte há uma série de itens que tem de ser revista com bom senso", afirma Luiz Péricles Muniz Michielin, diretor da Torque S.A., fabricante de bens de capital sob encomenda. O segundo turno deverá ser importante por permitir a revisão de pontos como a anistia e de outros referentes à ordem econômica, comenta Michielin. "Num caso como esse vai ter de se pensar em uma fórmula para minimizar os prejuízos dos pequenos e médios empresários e achar uma forma de a Nação não ter de pagar por tudo isso", assinala.

Prejuízo de CZ$ 1 bilhão

O presidente do Banco do Estado de Sergipe (Banese), Antônio Carlos Borges, revelou na sexta-feira que a instituição terá um prejuízo estimado em CZ$ 1 bilhão, com a decisão da Constituinte de anistiar microempresários do pagamento da correção monetária, relativa a empréstimos conseguidos durante a vigência do Plano Cruzado. A Agência Globo informou que o Banese deixará de cobrar 8 mil microempresários urbanos e outros quinhentos rurais.

"A decisão é injusta porque pune aqueles microempresários que vinham pagando suas dívidas com bastante sacrifício, e é mais nociva ainda contra os que hoje estão falidos", disse Borges, ao acusar o governo federal de ter cedido às pressões da UDR para conseguir seus objetivos.

Ele quer, agora, saber como o governo fará para repor esse dinheiro, e em breve.

"É bom que o governo dê explicações satisfatórias e seguras aos que, diante de tantas dificuldades, terminaram falindo, e hoje, com a anistia, perdem tal benefício", assinalou o presidente do Banese, preocupado com o prejuízo que terá o Banese. Para Borges, os únicos favorecidos na questão foram exatamente os líderes da URD, que ganharam pela pressão.